

Universo do folclore potiguar

“O Rio Grande do Norte é um dos estados mais privilegiados quanto à diversidade e conteúdo de cultura popular”, afirma Deífilo Gurgel, presidente da Comissão Norte-rio-grandense de Folclore. “Berço de Luis da Câmara Cascudo, considerado por muitos dos seus contemporâneos como o maior folclorista do Brasil, o estado teve a graça de hospedar, no final dos anos 20, o escritor Mário de Andrade”, acrescenta Deífilo, lembrando que o escritor paulista realizou, em terras potiguares, “um trabalho fabuloso de pesquisa de campo sobre os nossos autos e danças folclóricas”.

Segundo Deífilo, ainda hoje as danças folclóricas se espalham pelas cidades e lugarejos, alegrando o povo e encantando os visitantes do Rio Grande do Norte. Cita como exemplos de expressões culturais o mamulengueiro Chico Daniel, conceituado em todo o Brasil, e a romancista Dona Militana, recentemente agraciada com a comenda da Ordem do Mérito Cultural Brasileiro, entregue pelo presidente Luis Inácio Lula da Silva. “Esperamos que a luz dessas estrelas ilumine a inteligência dos que virão a Natal para participar do 12º Congresso Brasileiro de Folclore, para que as discussões revelem os caminhos do reconhecimento, da valorização e do apoio a nossa cultura popular”.

O presidente técnico e científico do Congresso Brasileiro de Folclore e secretário da Comissão Norte-rio-grandense de Folclore, Severino Vicente, também considera que o RN sempre teve, e continua tendo, lugar de destaque no universo folclórico do país, não só por ser a terra do mestre Luis da Câmara Cascudo, mas pela sua reconhecida riqueza cultural.

“Entendemos ser esta a grande oportunidade, quando sedia, pela primeira vez, um evento desse porte, de mostrar ao Brasil o que temos, o que somos e o que podemos realizar, associando essas importantes manifestações culturais ao segmento turístico, nossa grande vocação econômica, que, aliado à cultura, adquire um componente transformador da sociedade”, assinala. Severino Vicente ressalta o apoio dos governos federal e estadual, universidades, entidades culturais e iniciativas privadas para a realização do evento.



FOTO: JOÃO MARIA ALVES

Para Deífilo, “O Rio Grande do Norte é um estado privilegiado quanto à diversidade e conteúdo de cultura popular”

Palco para as manifestações culturais do povo

Vinte anos depois da morte de Luís da Câmara Cascudo, Natal vai sediar, pela primeira vez, o maior evento da cultura popular do país. O 12º Congresso Brasileiro de Folclore reunirá no auditório do Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet), entre os dias 29 de agosto e 1º de setembro, mais de 600 participantes de todos os estados e cerca de 90 conferencistas, debatedores, expositores e presidentes de mesas e de grupos de trabalho. Com o tema “Folclore e turismo: cenário de inclusão social”, o evento realizado pela Comissão Norte-rio-grandense de Folclore, em parceria com a Comissão Nacional de Folclore, é destinado,

sobretudo, aos estudiosos da ciência do folclore e da cultura popular, professores, estudantes, artistas, produtores, poetas e escritores.

Sustentando um significativo acervo de cultura popular e uma grande legião de artistas populares, folcloristas e movimentos culturais, o Rio Grande do Norte se torna naturalmente apto a abrigar um congresso de tamanha envergadura, no qual serão discutidas as principais manifestações de cunho popular.

A realização do evento, segundo os organizadores, representa um importante passo para a divulgação e promoção do acervo de cultura popular do país e para a manutenção das manifes-

tações populares existentes, através da participação dos mais expressivos estudiosos da área.

O 1º Congresso Brasileiro de Folclore foi realizado no Rio de Janeiro, entre os dias 22 e 31 agosto de 1951, portanto há 55 anos, contribuindo para promover a valorização das raízes culturais do país que florescem em todas as unidades da federação. Deixou como legado a Carta de Folclore Brasileiro, na qual estão contidos os princípios fundamentais e as diretrizes que devem orientar todas as atividades relacionadas ao folclore brasileiro.

Desde então cada edição do Congresso de Folclore acrescenta e complementa esse legado, proporcionando a abertura do campo de debates e discussões sobre o estudo do folclore e o aprofundamento na análise de conceitos e na metodologia de pesquisa em cultura popular, buscando unir os diversos meios e formas de estudo e divulgação do folclore no país. Este ano, o tema a ser focalizado – a relação entre o turismo e o folclore – pode apontar os caminhos para que o folclore seja absorvido, de fato, como importante atrativo do produto turístico nacional. O que muito interessa ao RN, seja pelo crescimento do seu turismo, seja pelo rico patrimônio que possui no campo da cultura popular.

Pela sua pluralidade, gerada pelo hibridismo etnográfico, racial, social e religioso, o folclore brasileiro tem um valor extraordinário, em todas as suas manifestações, sejam mitos, crenças, histórias populares, tradições, lendas e costumes do povo e que são transmitidos de geração em geração. Entretanto, a cultura popular sobrevive graças à força e resistência dos grupos sociais que, preocupados com a preservação e valorização de sua identidade cultural, procuram transmitir, tecer e conquistar novos horizontes, em um meio tomado pelo processo da globalização que a todo tempo insiste em lançar o consumo de modismos pueris e uma uniformidade inadequada.

Nesse contexto, é salutar o debate direcionado à descoberta de meios que levem os turistas a conhecer a história, a cultura e os valores dos locais que visitam. Debate a ser provocado pelo atual congresso, que conta com o irrestrito apoio do Governo do Estado.

Folclore é uma manifestação espontânea

FOTOS: CLÓVIS SANTOS



A professora Paula Ribeiro diz que não é folclore aquilo que se

ANCHIETA FERNANDES

A professora Paula Simon Ribeiro, gaúcha de nascimento, mestranda em Artes, presidente da Comissão Nacional do Folclore, cuja sede é no Rio de Janeiro, esteve no Rio Grande do Norte no mês passado já como parte dos preparativos para o congresso. Foi a Mossoró ministrar palestra sobre folclore na Biblioteca Municipal. Entre um compromisso e outro, Paula falou a Nós, do RN.

Ela disse, por exemplo, que “não é folclore aquilo que se aprende com um escritor, com um intelectual; é folclore aquilo que é espontâneo. Por exemplo: o Terno de Reis, do Rio Grande do Sul, é um grupo que, no ciclo natalino, se dirige às casas. Então, naquele momento se reúnem o pai, o tio, o vizinho, o padre, o avô, em cada casa, para

receberem o Terno de Reis. Tudo espontâneo. Agora, se este Terno de Reis ou outro grupo folclórico realiza um espetáculo num palco, montado por uma prefeitura, ou por um patrocinador qualquer, que tem interesse em divulgar algo, e que dá as roupas, o instrumental etc., e depois chama o grupo para se apresentar em sua festa particular, então deixa de ser folclore, é somente espetáculo.”

Sobre as quadrilhas juninas estilizadas, a professora Paula Ribeiro lembrou que eram também espontâneas, nascidas com a tradição. “Antigamente se fazia a festa da Noite de São João, com fogueiras, bandeirolas. Os vizinhos se reuniam espontaneamente; isso era folclore. Hoje, as quadrilhas estilizadas, sem estar em um habitat popular, são espetáculo e não o folclore como entendo.”

Eu perguntei se seria folclore um folheto de cordel feito por um intelectu-

al, um acadêmico. A professora disse que também seria pára-folclore e não folclore. Emanuel Amaral lembrou um ex-governador da Paraíba, da família Cunha Lima, que fazia repentistas. A professora explicou que se ele realmente fazia um repente, um improviso em linguagem tradicional, estava fazendo folclore, naquele momento era um repentista, um improvisador. Mas se é um intelectual que vai escrever um folheto de cordel, pensando, repensando, trabalhando, reescrevendo (assim não rima bem, talvez desta outra forma seja melhor), então não é espontâneo, não é folclore.

A professora acentuou um aspecto – o de se manter a nossa identidade cultural. “Atualmente, se fala muito em cultura popular, mas não se fala em culturas populares. A partir da Carta da Diversidade Cultural de Genebra, de 1992, se preconiza o apoio, a preservação da diversidade, das identidades. Esta carta provocou a criação da Secretaria da Identidade e da Diversidade, do Ministério da Cultura”, disse.

Agora, segundo ela, esta secretaria trabalha com a cultura popular tradicional, ou seja, com todas as manifestações da cultura popular. Então, nesse exato momento, são importantes cursos de folclore para que não haja confusão por parte de folcloristas iniciantes entre cultura popular e culturas populares, o que é uma cultura popular tradicional e aquela que não o é, e é, sim, apenas uma manifestação de grupos.

Estão aí exemplos de manifestações de grupo, vindos da influência dos meios de comunicação de massa. Por exemplo: o hip-hop. É uma cultura popular, mas não tem nada a ver com nossa identidade cultural. É uma cultura popular que entrou agora há pouco, na periferia; que começou lá no Haiti, do Haiti foi para Nova Iorque, de Nova Iorque para Chicago, depois veio, através dos meios de comunicação de massa, para o Brasil. Então, é uma cultura popular? É... É tradicional? Não... Não é folclore. Então, este é o

momento de se fazer esta distinção. Vai haver aqui, no Congresso de Folclore, uma reunião preparatória para o Seminário Brasileiro de Políticas Públicas para a Cultura Popular”, alertou.

Preservação de imagens - Sobre o trabalho de preservação das imagens do folclore, da documentação fílmica, Paula respondeu: “O que existe é o que é feito pelas comissões estaduais, que fazem um trabalho científico, de documentação do fato folclórico. Mas existe também o que outros setores fazem. A Rede Globo, por exemplo, apresenta aquele programa ‘Me Leva, Brasil’, onde se tem muitos fatos do folclore. Mas isso não é feito como estudo de folclore. São mostrados temas do cotidiano de diversos lugares do Brasil, mas não como estudo de folclore, e sim a título de curiosidade”, diz.

Quem faz um bom trabalho de documentação da cultura popular, especialmente do artesanato e do dia-a-dia das técnicas de sobrevivência (porque existem dificuldades no artesanato de sobrevivência, ou seja, assim, na produção da farinha, da cachaça etc.) é a Emater. “O seu pessoal tem feito um trabalho de documentação das técnicas artesanais. Eu tive conhecimento que no Rio Grande do Sul, há poucos dias, eles fizeram uma documentação do trabalho do vaqueiro. O vaqueiro é o trançador de couro, que trabalha com couro cru. Então, eles documentam desde o abate do animal, a maneira como pelam, como tiram o couro, como fazem o estaqueamento, o amaciamento. Depois, como fazem a trança, cabeçada, bainha de faca (o fabrico de facas é artesanato típico do Rio Grande do Sul) – todo este trabalho artesanal. Então, isto a Emater faz e apresenta no programa ‘Globo Rural’. Mas também isto não é um estudo de folclore.”

Xilogravura: da imprensa ao cordel

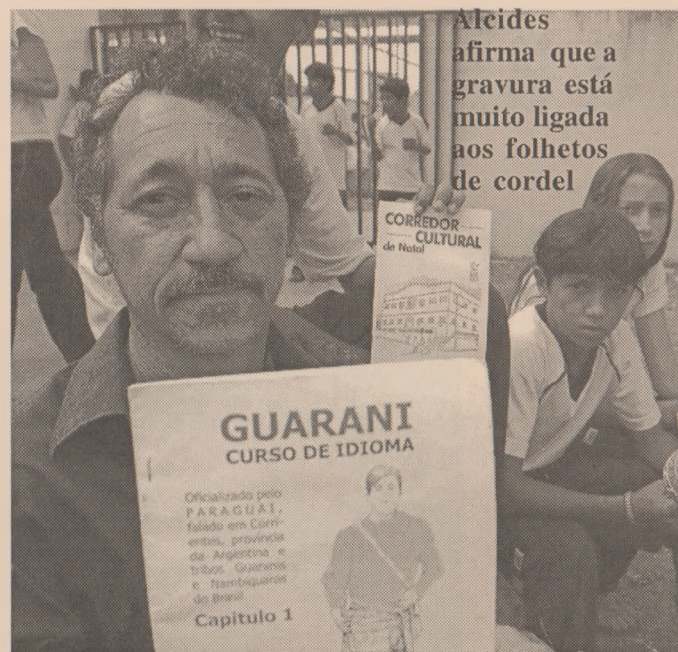
CARLA XAVIER

A divulgação de imagens sagra das foi o que levou os franciscanos a trazerem a xilogravura para o Brasil. Arte de gravação em relevo que utiliza a madeira como matriz e possibilita a reprodução da imagem gravada sobre um papel ou outro suporte adequado, a xilogravura ficou conhecida em nosso país através dos populares folhetins, ou cordéis.

Para produzir uma matriz de xilogravura é preciso uma prancha de madeira e uma ou mais ferramentas de corte. A madeira utilizada não pode ser qualquer uma. O Rio Grande do Norte possui uma das melhores madeiras do mundo para gravação, a imburana. As áreas cavadas não recebem tinta e a imagem espelhada na madeira sairá gravada no papel.

Apesar de ser uma arte bastante simples e barata, os gravadores do Estado utilizam técnicas sofisticadas e produzem verdadeiras obras de arte. “A gravação, em especial a xilogravura, vai muito mais além das ilustrações presentes nas capas dos folhetins. O produto final é uma obra de arte. O problema é que aqui o suporte da xilogravura, que é o papel, não é muito valorizado”, destaca o gravador Alcides Sales, diretor da oficina de gravuras da Fundação José Augusto.

Alcides afirma que a gravura está muito ligada aos folhetos de cordel e, por isso, os gravadores sentem dificuldade em colocá-las no mercado de forma independente, como uma obra de arte que é. O artista diz que foi preciso fazer muita divulgação em cima do seu trabalho para que as pessoas o analisassem com mais atenção. Durante a realização do Congresso Brasileiro de



Alcides afirma que a gravura está muito ligada aos folhetos de cordel

Folclore, Alcides vai ministrar diversas oficinas, entre elas a de gravuras, em parceria com Marcelo Soares.

A tradição de xilogravura no RN é bem mais sofisticada que em outros estados nordestinos. O próprio Alcides Sales afirma que aprendeu a técnica de gravação com um tio, mas estudou com professores de Pernambuco, Rio de Janeiro, Japão, Itália, entre outros. “Analisando o trabalho dos grandes gravadores europeus, desenvolvi técnicas sofisticadas para o padrão nordestino, o que sempre

transmiti para meus alunos”, complementa.

Responsável pela oficina de gravação da FJA desde sua fundação, em 1980, Alcides encaminhou artistas que estão se destacando nesta área, como João Natal e Carlos Sérgio Borges. Além desses, ressalta talento como os de João Viannei, Doryan Gray, Manxa e Flávio Freitas.

Ilustração – Em 1902, o jornalista João da Escóssia Nogueira

produziu em xilogravura as ilustrações que consolidaram o espaço da imagem na imprensa norte-rio-grandense. Nesse ano, com o rótulo “humorístico e ilustrado” ele fundou o jornal “O Echo”, em Mossoró, que no ano seguinte passou a se chamar “O Mossoroense”, retomando o título do periódico criado pelo pai dele, Jeremias da Rocha Nogueira. Até 1906, João da Escóssia produziu charges, caricaturas, retratos e ilustrações publicitárias, seguindo tendências do Centro-Sul.

A origem da xilogravura é atribuída aos chineses, que utilizavam para produzir ideogramas. Com a expansão do papel pela Europa, começa a aparecer com maior frequência no Ocidente, no final da Idade Média (segunda metade do século XIV), ao ser empregada nas cartas de baralho e imagens sacras.

No século XV, pranchas de madeira eram gravadas com texto e imagem para a impressão de livros que, até então, eram escritos e ilustrados à mão.

Gutenberg desmembrou a parte das letras da imagem – quando os chineses faziam um livro, eles gravavam imagens e letras de uma única vez. Com os tipos móveis de Gutenberg, as xilogravuras passaram a ser utilizadas somente para as ilustrações. Por volta do século XVIII surgiu a gravura de topo – o tronco era cortado em fatias, no sentido transversal – possibilitando

Arte oriunda dos chineses

gravações finíssimas, já editando no metal. Aí então, os franceses, principalmente, adotaram essa técnica chamada talho doce.

A descoberta das técnicas de gravura em metal relegou a xilogravura ao plano editorial no transcorrer da Idade Moderna, mas nunca desapareceu completamente como arte. Tanto que, no final do século XIX, muitos artistas de vanguarda se interessaram pela técnica e a resgataram como meio de expressão. Obras como “A Divina Comédia”, “Camões”, “Os Lusíades” e “Dom Quixote” foram ilustradas.

Até o início do século XX, os jornais franceses utilizavam a xilogravura de topo no lugar da galvanogravura – gravura em zinco. A xilogravura também passou por um momento onde

se utilizava a pedra e o metal. Aí, com o surgimento da litografia, ela perde espaço na imprensa. Com essa técnica era possível fazer cartazes coloridos.

No Brasil – A princípio só os franciscanos tinham permissão para fazer uso da xilogravura. Com a chegada de Dom João VI e a família real ao Brasil, em 1808, veio a instalação da Imprensa Régia. Surgem os primeiros jornais com ilustrações e, em seguida, a primeira casa de impressão do Brasil, constituída para imprimir o jornal do Império.

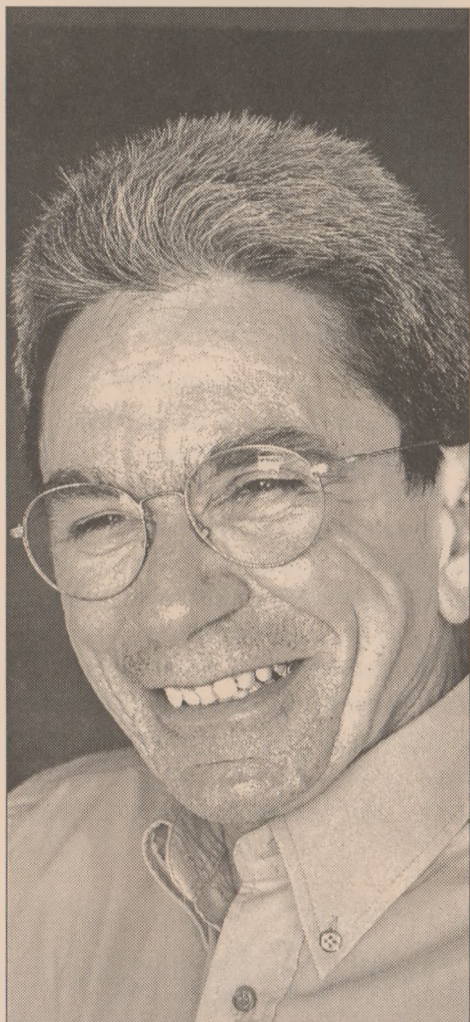
Os primeiros xilogravadores apareceram e se alastraram, principalmente, pelas capitais, produzindo cartas de baralho, ilustrações para anúncios, livros e periódicos, rótulos, entre outros materiais.

Estas matrizes, que foram produzidas ao longo do século XIX e abarrotavam as tipografias nordestinas, aparecem nos primeiros folhetos de cordel impressos. Os editores dos livretos decoravam as capas para torná-las mais atraentes, chamando a atenção do público para a estória narrada. Para isso, utilizavam o que estava à mão: poderiam ser os clichês de metal (são como carimbos) que começavam a substituir os de madeira no início do século XX ou simples vinhetas decorativas.

A xilogravura como ilustração, feita sob encomenda para determinado título, nasce da necessidade de substituir os clichês de metal já gastos. Por isso, não é difícil encontrar xilogravuras de capas de cordel imitando desenhos e fotografias de clichês. Mas a xilogravura popular nordestina ganhou fama pela qualidade e originalidade de seus artistas.

Cultura africana na formação histórica do Brasil

FOTO:JOÃO MARIA ALVES



Assunção: “A congada é um auto folclórico dramatizado, que conta a história dos feitos alcançados por Portugal na busca por novos continentes”

O Brasil atual é resultante do encontro de culturas e civilizações providas de quatro continentes: América, Europa, África e Ásia. Os representantes desses continentes trouxeram consigo elementos de sua cultura e contribuíram, assim, na formação do povo e da história do Brasil e na construção da identidade e da cultura brasileiras. A população africana chegou ao Brasil na condição de escrava, durante o período colonial. Espalhados por todo território nacional, os africanos trouxeram consigo seus costumes e tradições.

A inserção da população negra na sociedade se dá pelo trabalho, base da organização econômica e da convivência familiar, social e cultural. No Rio Grande do Norte, a introdução do negro não foi igual como em outros estados nordestinos, já que aqui tínhamos uma produção econômica menor. Os negros ficaram concentrados no litoral, onde se localizava a produção canavieira, e no povoamento do sertão.

Este é o tema que será desenvolvido pelo professor do curso de Antropologia da UFRN, Luís Assunção, também membro da Comissão Estadual de Folclore, no 12º Congresso Brasileiro de Folclore, quando ministrará um curso sobre cultura afro-brasileira destinado a professores do ensino básico.

Segundo ele, em 1800 cerca de dois terços da população do país – 3 milhões de habitantes – era formada por negros e mulatos, cativos ou libertos. Na segunda metade do Século XIX cresceu a campanha abolicionista no país. Com o passar do tempo, deixando de ser escravo e, aos poucos, passando a fazer parte da sociedade, o negro incutiu também os elementos de sua cultura, como o folclore, a religião e a formação das comunidades rurais – comunidades quilombolas.

Vários elementos do folclore africano ainda estão presentes em nossa sociedade. Luís Assunção afirma que o que se observa de mais significativo no RN são os congos. “A congada é um auto folclórico dramatizado, que conta a história dos feitos alcançados por Portugal, na busca por novos continentes. Quem conta a história é uma rainha africana”, explica. As congadas estão presentes na Vila de Ponta Negra e na zona rural de Ceará-Mirim.

Além dos Congos, existe a contribuição dos Negros do Rosário ou Irmandade

de do Rosário – irmandade religiosa criada para ajudar no alforriamento dos negros – presentes em Natal, Caicó, Jardim do Seridó e Martins. Essas cidades mantiveram a tradição da Festa do Rosário, simbolizando a existência de um rei e rainha negros, que são coroados. Junto com a festa existe a dança do espontão, onde os participantes dançam com bastões imitando uma luta.

QUILOMBOLAS – No aspecto das comunidades negras existe uma contribuição muito grande, embora tenhamos um número pequeno em relação a outros estados nordestinos. Mesmo que numericamente a quantidade de comunidades negras formadas no RN seja baixa, esses negros deixaram e vêm deixando marcas significativas de sua presença. Na medida em que eles se estabelecem em determinado local geográfico, mantêm seus costumes e tradições, além de uma relação de parentesco muito forte.

O Rio Grande do Norte hoje possui mais de 60 comunidades quilombolas. Entre elas estão Capoeira, em Macaíba; Boa Vista, em Parelhas; Negros do Riacho, em Currais Novos; Negros do Rosário, em Jardim do Seridó e Caicó; Pegas, em Portalegre; Macambira, em Lagoa Nova; Jatobá, em Patu, entre outras.

RELIGIÃO – É no aspecto religioso que, sem dúvida, encontramos o elemento mais significativo da cultura afro-brasileira. O candomblé e a umbanda. Esses cultos foram espalhados pelo mundo no advento da escravidão. O candomblé é o culto aos orixás. Vários povos (nações) foram trazidos ao Brasil como escravos. Cada nação era formada por tribos e cada uma tinha sua forma de culto e seu Deus particular.

A umbanda cultua entidades religiosas. Os portugueses impuseram nos negros sua crença católica, o que não foi muito bem aceita nas senzalas. Os portugueses também proibiam o culto aos deuses pagãos dos escravos. Os escravos em seus cultos diziam reverenciar os santos com cânticos em dialetos africanos e com danças características, mas na verdade adoravam seus deuses e cantavam a ele. A religião africana sempre foi muito perseguida, marginalizada e, por isso, mesmo existindo em nosso estado há muito tempo, a maioria das casas de religião africana se esconde até hoje. Em Natal existe 270 casas, com 50 % delas concentradas na Zona Norte.

Preconceito sempre presente

A escravidão foi extinta em 1888, mas sua herança permanece na sociedade brasileira, na forma de discriminação racial, social, econômica e religiosa de negros, mulatos e pobres em geral. Quando o tema é religião percebe-se mais nitidamente o preconceito. Quando se fala de alguma religião o não praticante a vê como algo errado. A religião dos povos africanos, em particular, é discriminada pela sociedade em geral, uma vez que é vista por ela como prática de feitiçaria, a prática do mal e, assim, criam-se estereótipos, levando os praticantes a se esconderem.

Luís Assunção explica que algumas das casas religiosas existentes em Natal possuem mais de 50 anos de vida e, assim, já têm tradição. “O importante da religião africana é que ela é passada pela prática, no dia-a-dia. As pessoas devem vivenciar para aprender porque não está escrita em um livro. Essas casas vão formando pessoas que continuam o propósito, seguindo corretamente os princípios da religião. Essas casas também trabalham a parte de assistência social”, diz o professor.

Ao contrário das práticas religiosas cristãs, que estão ao comando de um controle eclesiástico, a religião africana é livre, não existe um poder central. Cada indivíduo é responsável por sua prática. Por isso chama-se cada religiosa, pois ela deve ser a extensão do lar de cada um. “Acredito que muito do preconceito que a prática religiosa africana sofre reside nesse ponto. Cada um dirige a sua prática e, segundo os princípios africanos, o bem e o mal estão dentro de cada indivíduo e ele escolhe que caminho seguir. Sendo assim, algumas pessoas desvirtuam os princípios da religião, seguindo o caminho do mal. Essas pessoas são tomadas como referência e a sociedade generaliza”, afirma Luís Assunção.